

# “Educar é dar régua e compasso”

Carlo Wrede – 28/3/94

– A educação, nessa linha de pensamento, tal qual a conhecemos, perde então o sentido?

– Hoje eu pesquiso justamente qual é o papel da educação numa sociedade em que há limites do desenvolvimento e o desemprego é estrutural, pois não há mais necessidade de tantas pessoas para se produzir. Justamente por isso temos a responsabilidade ética de não só enfatizar a educação do ponto de vista do trabalho, mas também do ponto de vista do ser humano. E aí está o debate. Eu tenho uma crítica muito dura à política educacional de hoje, da pré-escola à pós-graduação, porque é uma política, mais uma vez, do atalho, do atropelo, do imediatismo. Sem dúvida nenhuma, como diz o professor Marcos Formiga, temos que fazer o fundamental, mas também o conjuntural. Mas eu pergunto: há quanto estamos fazendo isso? Desde a década de 30, de 40. A educação não só não perde o sentido, como devemos reafirmar sempre que a educação básica – fundamental e média – é um direito subjetivo do cidadão, quer ele vá ou não trabalhar. No mínimo, a educação deve possibilitar que sejamos alguém que se situe minimamente neste final de século. O que eu percebo – e tratam-se de coisas que não são exclusivamente da vontade dos governantes, mas também são de fruto de uma histórica miopia até no campo da própria esquerda –, é termos um discurso de prioridade na educação, mas as medidas pífias, pobres, que não nos permitem dar esse salto necessário para o próximo patamar. Há um descompasso entre as nossas necessidades que são reais, as nossas intenções e o esforço político. A nossa força de trabalho tem baixa taxa média de escolaridade. Mas, se compararmos o esforço de investimento, nós temos um patamar de 300 dólares no nosso ensino básico por aluno/ano, enquanto na Europa são mais de 4 mil dólares. Não há um envolvimento denso para se dar a educação básica. E as políticas são muito mais de alívio da pobreza do que de efetivo esforço de uma sociedade para dar o direito de educação básica a todos.

– Então não podemos falar em aprender a aprender nesta sociedade?

– Conceitualmente é correto falar em aprender a aprender. Mas o que é aprender a aprender para uma massa de trabalhadores que tem que fazer seu curso de 5ª à 8ª em sete meses? Eu estive num debate criticando justamente o programa do Viva Rio [projeto de escolarização intensiva com uso do Telecurso 2000]. Mas precisa ficar claro que não estou nesse debate cretinamente, porque sabemos que esses cursos têm que ser feitos. Mas não podemos ter a ilusão de que isso seja suficiente, que seja o desejável. Este é um contingente que historicamente nos envergonha.

– Retomando o papel da educação...

– Há duas questões aí. Precisamos – por questões éticas – relativizar a idéia de que vamos resolver o problema de emprego e renda via educação. Ela é uma mediação importante, necessária, mas não suficiente e, em certo sentido, às vezes, não é nem fundamental. Tem que existir é uma política de emprego, de desenvolvimento, para que as pessoas capacitadas tenham espaço. Há desemprego na Europa e lá não falta qualificação. Eu concordo que há falta de mão-de-obra qualificada aqui, mas não concordo que, se qualificarmos toda a mão-de-obra, haverá emprego para to-

dos. Não haverá. Por mais que se façam atalhos, não haverá emprego para todos.

– Então o problema é outro?

– Sim, é. E se resume nisto: como uma sociedade resolve a questão do direito ao trabalho, onde vender a força de trabalho é uma condição de sobrevivência? As pessoas estão apontando as saídas: os grupos informais que se organizam em cooperativas depois de perderem seus empregos, as incubadoras de empresas das universidades, por exemplo.

– Se não vai haver emprego para todos, haverá trabalho?

– Trabalho no sentido lato haverá. Mas aquele que permita às pessoas gerarem sua sobrevivência no patamar em que a tecnologia estabelece. Nas formas de relações sociais que estão aí, não. Eu concordo plenamente com Eric Hobsbawm, no final do livro *A era dos extremos: não sabemos para onde vamos, sabemos o que nos trouxe até aqui e por quê*. Agora, se continuarmos com as formas do passado e do presente, o desenho do futuro será a escuridão. Há um problema estrutural de crise do capitalismo, ou uma crise civilizatória como dizem alguns autores. É uma crise séria e os empresários, os governantes, os educadores e a imprensa têm a obrigação de não simplificar essa complexidade. Existem uma tremenda mistificação e uma vulgarização de uma coisa muito séria. É fácil falar de empregabilidade. Mas ela é muito mais ideologia do que uma realidade. Não adianta usar o conceito de qualificação, porque ele passa uma idéia de que vamos adquirindo competências e determinadas características que nos tornam desejáveis no mercado. São características ditadas pelo mercado. É como se fôssemos ao esteticista para ter a aparência que está na moda hoje. Acontece que, no processo educacional, esse perfil demora cinco, seis, sete anos. Por isso, eu concordo com o professor Marcos Formiga: não se trata de uma educação escolástica, não se trata de uma educação enciclopédica, mas eu tendo a imaginar que da música ao teatro, da economia à história, o perfil do profissional que terá mais possibilidades de ser este profissional polivalente tem muito pouco a ver com as competências pontuais.

– O senhor está propondo uma educação clássica?

– Tem mais a ver com a base cultural. Com aquilo que Gilberto Gil chama de régua e compasso. É o que chamamos de formação clássica, aquela que Anísio Teixeira postulava. Mas não se trata de uma formação genérica. Hoje é muito difícil acompanhar a inovação em qualquer campo das ciências. Mas o núcleo duro das ciências não mudou e é esse núcleo menos variante que precisamos adquirir, as bases de conhecimento que nos permitem sair de um campo para outro. E isso está faltando na formação de quem forma e na organização da escola. O segundo período da aula, quando os alunos fazem experiências em laboratório, cantam em coral, aprendem a tocar instrumentos, visitam museus. Isto é dar a régua e o compasso. Isto nos permite preparar, além de peões, cidadãos. Mas o que observo aqui, como já disse, é a descontinuidade das políticas educacionais, investimentos baixíssimos em formação de professor, salário de professor, laboratórios e escolas técnicas desmontadas porque são caras. Sob



A escola técnica surgiu nos anos 40 para atender ao apelo desenvolvimentista

todos os ângulos, a política nos condena a atividades neuromusculares. Agora, imagine o que será o próximo milênio, com a velocidade das mudanças, e termos este investimento que tivemos em educação nos anos 90... Aí não sou tão otimista: o investimento que fazemos hoje em educação é extremamente equivocado nas suas prioridades. Como vamos dar um ensino médio de qualidade, esse que abre o caminho para a geração de conhecimento, se esse grau do ensino está a cargo dos estados e estes, como sabemos, estão falidos?

– O senhor fala em investimentos públicos, mas o movimento da sociedade é de minimização da esfera pública. Como conciliar essas duas vias?

– Os países europeus estão desenvolvendo seus fundos públicos como forma da sociedade se viabilizar. A Itália passou seu fundo público de 45% para 54% do PIB, a Suécia de 51% para 61%, até a Inglaterra aumentou seu fundo público, e nós estamos diminuindo. Isso prova que até o neoliberalismo pode ser diferente do que temos aqui.

– Podemos dizer, então, que a empregabilidade é uma utopia?

– Diante do quadro a que me referi, os conceitos de educação que estamos vendo hoje mais ofuscam que clarificam essa crise que está envolvendo a relação capital-trabalho. A nossa sociedade alimenta-se de uma idéia-força – que podemos chamar de tólos, como define José dos Santos Rodrigues, em *O moderno príncipe*. Na década de 40, era a modernização. Criamos as escolas técnicas, num esforço enorme, correndo atrás da demanda da fábrica. O segundo tólos veio com o desenvolvimentismo, com a idéia de capital humano, de educação e desenvolvimento. Nós abraçamos isso cegamente. Bastava dar acesso a todos à educação para que o país se desenvolvesse. Daí veio a reforma da universidade, do ensino médio e o Mobral. A educação básica e também a educação profissional foram vistas sempre como a galinha dos ovos de ouro. Só que chegamos à década de 90 e descobrimos que os ovos não são de ouro. E o novo tólos – esse da empregabilidade, das competências – não resolve nossos problemas de fundo.

“A educação básica é um direito subjetivo do cidadão, quer ele vá trabalhar ou não.”

Temos um patamar de 300 dólares por aluno/ano, enquanto na Europa são mais de 4 mil dólares. Não há envolvimento para dar a educação básica”

“Falta na organização da escola o segundo período da aula, quando os alunos fazem experiências, cantam em coral, aprendem a tocar instrumentos, visitam museus. Isto é dar a régua e o compasso. Isto nos permite preparar, além de peões, cidadãos”

– E como seria a educação, afinal?

– Temos que fazer um investimento enorme na formação de professores, capazes de ter a régua e o compasso, capazes de organizar na diversidade o eixo que permite construir o conceito. O conceito em ciência é aquilo que apreende a realidade. Um conceito sempre se reconstitui. Mas não é verdade que o conceito se reconstitui integralmente o tempo todo. Quando existe isso, existe quebra de paradigma. Temos que distinguir as mudanças orgânicas de um fenômeno de suas mudanças conjunturais. O núcleo estruturante das coisas não muda o tempo todo. Seria de um presentismo insuportável. Nesse sentido, temos que pensar a educação vinculada aos conceitos e seus núcleos duros: a cidadania, a participação. Uma educação que nos permita circular com dignidade no mundo da informação, que desenvolva nossas dimensões culturais, estéticas e científicas.

Leia a íntegra da entrevista no JB Online [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)